

-----**ACTA N.º 219**-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e doze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 – **Ponto único: Análise dos Seguintes Documentos:**-----

1.1 – **Proposta de Lei de Organização do Sistema Judiciário**-----

1.2 – **Projeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais**-----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

1. Albino Tavares de Pinho -----
2. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
3. Álvaro Pinho Duarte -----
4. Ana Raquel Machado e Costa -----
5. António Manuel Martins de Bastos -----
6. António da Silva Portela -----
7. Belmiro Manuel Marques -----
8. Carla Susana Marques do Carmo -----
9. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
10. Cipriano de Arede Nogueira -----
11. Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----
12. Claudino da Fonseca Soares -----
13. David Dias Cabral -----
14. David da Silva Alves -----
15. Ercília Maria Marques Pedro -----
16. Harolde Soares da Silva Balaías -----
17. Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----
18. João Pereira Henriques -----
19. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
20. José Luís da Silva e Almeida -----
21. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
22. Júlio Martins Fernandes -----
23. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
24. Marco Nuno Tavares Rocha -----
25. Mário Coutinho Martins -----
26. Renata Liliana da Costa Marques -----
27. Rui Manuel de Jesus Nunes -----
28. Rui Manuel Pires da Silva -----
29. Sandra Henriques da Silva -----

----- Na sequência das comunicações apresentadas, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foram convocados através de protocolo, nos termos do artigo 79º do mesmo diploma e artigo 57º do Regimento, o senhor António Manuel Martins de Bastos e a senhora Carla Susana Marques do Carmo substituíram os membros Fernando da Silva Oliveira e Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, respetivamente, nesta sessão.-----

----- Foi registada a falta justificada de Isabel Maria Soares dos Santos.-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que Isabel Soares dos Santos tinha telefonado a avisar da sua impossibilidade em estar presente na sessão, pois não tinha conseguido enviar a justificação por e-mail, dado que os sistemas informáticos do Município não estiveram a funcionar neste dia. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida e Acácio Rodrigues Barbosa, Vereadores.-----

----- Seguidamente, depois do presidente da assembleia municipal ter apresentado a justificação de ter sido marcada esta sessão extraordinária, passou-se ao único ponto da ordem de trabalhos.-----

#### ----- 1 – Ordem do Dia -----

##### 1 – Análise da Proposta de Lei de Organização do Sistema Judiciário e do Projeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais: - O

Presidente Assembleia Municipal pediu que um dos subscritores do pedido de marcação da sessão extraordinária fizesse uma introdução da questão.-----

O deputado **Rui Manuel Pires da Silva** passou, então, a explicar que, relativamente ao Tribunal de Sever do Vouga, tinha sido do entendimento do PSD de Sever do Vouga, como também, do Grupo de Independentes, que o assunto deveria ser trazido à Assembleia Municipal, tendo em conta o facto de ter havido alguns desenvolvimentos naquele processo, que continuam a conduzir ao encerramento do Tribunal de Sever do Vouga. Explicou que, numa fase inicial, quando a reforma do mapa judiciário avançou, no distrito de Aveiro existiam dois tribunais que eram “condenados” ao encerramento, sendo eles o de Sever do Vouga e o de Castelo de Paiva. Os desenvolvimentos fizeram com que o Tribunal de Castelo de Paiva se “salvasse” e o de Sever do Vouga passasse a ser o único Tribunal da proposta para encerramento. Como é do conhecimento público, o Ministério da Justiça, de acordo com esta revisão, pediu às Câmaras Municipais que se pronunciassem sobre a proposta de lei da reorganização do sistema judiciário e, por sua vez, da proposta do regime de organização dos funcionamentos dos tribunais. O deputado disse considerar esta uma das últimas oportunidades para lutar pelo Tribunal de Sever do Vouga. Entende que o Tribunal de Sever do Vouga é importante para o desenvolvimento do concelho, daí a razão de trazer a proposta à Assembleia Municipal, sabendo que cabia apenas ao Município de Sever do Vouga, através do executivo, pronunciar-se sobre a proposta, mas entenderam que este assunto do Tribunal é demasiado importante para o Município de Sever do Vouga e que a Assembleia Municipal também se deveria pronunciar, por mais não seja, reforçando tudo aquilo que já foi dito e para tudo aquilo que já foi feito, independentemente dos partidos políticos, grupos de cidadãos ou mesmo pelo trabalho do executivo. Neste sentido, o executivo terá já deliberado sobre esta matéria e tomado uma posição. No entanto, pretendeu saber se de facto a Câmara Municipal já se tinha pronunciado sobre estas propostas que foram pedidas pelo Ministério da Justiça e, no caso de já se ter pronunciado, perguntou se era possível o acesso a essa mesma pronúncia para a devida elaboração de um documento que poderá ou não ir de acordo com esse mesmo parecer do executivo para justificar ao Ministério da Justiça o não encerramento do Tribunal de Sever do Vouga. -----

Como também subscritora do pedido, **Cláudia Maria Rodrigues da Silva**, quis reforçar tudo que Rui Silva disse, acrescentando ter-se avançado conjuntamente com a convocatória para esta sessão extraordinária, como órgão de algum poder de intervenção, representando as gentes de Sever do Vouga. Reiterou o pedido de Rui Silva, quanto ao acesso ou disponibilização de cópia da pronúncia do órgão executivo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que, tal como está na convocatória, a discussão é sobre os projetos de Lei e de Decreto-Lei. Quanto ao tribunal, ou encerramento, aqui em Sever do Vouga, o mesmo já não existe há três anos. Existe um juiz de pequena e média instância civil e o juiz de instância criminal. Já foi aprovado em sessão, por unanimidade, um protesto, com veemência, contra o encerramento do tribunal e uma moção subscrita por unanimidade. Disse não custar nada reforçar a posição já tomada. No entanto, pensou que esta sessão fosse mais centrada nos referidos projetos de

Lei. Por último, perguntou ao Presidente da Câmara se queria informar a Assembleia sobre a posição do órgão executivo. -----  
Fazendo uso da palavra, o **Presidente da Câmara Municipal** disse que já se conheciam os estudos da reorganização judiciária em curso e as duas propostas de lei confirmaram aquilo que se dizia ser da intenção exarada nos documentos que foram remetidos à Câmara Municipal que manteve a posição inicial. Na última versão, existem uns quatro ou cinco municípios que, supostamente, deviam ficar. Em relação à posição dos órgãos do Município, referiu que já foram tomadas, por unanimidade, em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal. Na última reunião da Câmara Municipal, questionou os vereadores para saber se queriam fazer um documento diferente daquele que já tinha sido feito, mas considerou-se que a pronúncia feita chegava para mostrar a posição do órgão executivo, pois estão lá todos os argumentos com os dados recolhidos, dos contributos da Ordem dos Advogados e da delegação deste concelho, onde foram acrescentados outros dados, tais como a quantificação dos quilómetros a percorrer até Albergaria-a-Velha e aos outros tribunais a que vamos pertencer, a falta de transportes públicos e outros fundamentos reunidos. Os documentos foram remetidos à Ministra da Justiça, com a deliberação aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, com a deliberação e a moção aprovada pela Assembleia Municipal, não lhe parecendo precisar acrescentar mais nada. “Se quiserem discutir isto novamente, pode ser, mas se calhar vai-se discutir tudo outra vez para se chegar à mesma conclusão com os mesmos argumentos que se deliberou na moção que foi aprovada por unanimidade e subscrita por todos os membros dos órgãos colegiais, a não ser que cheguem agora à conclusão, senhores deputados, que fizeram mal este documento que me fizeram mandar para a senhora Ministra da Justiça porque gostava de saber o que sairá daqui de novo.” Disse que o parecer da Câmara está **subsumido** nas duas moções aprovadas por unanimidade na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, e, que se está numa fase de audição pública. Há instituições que, obrigatoriamente, têm de ser ouvidas pela Ministra da Justiça. Como acontece em todos os diplomas que dizem respeito ao poder local, é obrigatório ser ouvida a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Os dois vice-presidentes da ANMP lideraram este processo com várias diligências, em conjunto, com os cerca de cinquenta municípios, para terem mais força. Chegaram a realizar reuniões, na Ordem dos Advogados, com o maior número de pessoas presentes em torno da discussão de um diploma. Houve deputados que vieram a Sever do Vouga pessoalmente com quem foram realizadas reuniões e esperava que sejam consequentes naquilo que disseram em defesa do Tribunal de Sever do Vouga. Disse ser sempre complicado perceber as alterações que fazem, por exemplo, em Castelo de Paiva fecharam o tribunal e passaram os processos para Arouca. Não será fácil tratar os processos de Sever do Vouga em Estarreja. Mantém-se tudo como estava antes na proposta – o Tribunal de Família e Menores em Estarreja; o Tribunal do Trabalho, Comércio e as Grandes Ações, em Aveiro; as Execuções em Águeda e o caso mais injusto de todos neste processo, porque muitos pensam que só estão a protestar cinquenta presidentes de Câmara que são abrangidos por esta reforma, mas não são. Nos grandes Tribunais, onde esvaziaram tudo, os protestos foram maiores. A CIRA tomou uma grande posição em defesa do Tribunal de Sever do Vouga, sendo completamente contra o seu encerramento. A troika não mandou fechar nenhum tribunal. A Ministra da Justiça insiste nesta reforma. Disse ter estado, há dias, numa reunião na CIRA onde foi aprovada a moção e foi discutido o assunto, e estava presente o Secretário de Estado da Modernização Administrativa e falou-se nas secções de proximidade que não servem para nada. A AMA – Agência para a Modernização Administrativa, que é tutelada por esse Secretário de Estado, está a criar um programa de modernização administrativa onde deixarão de existir as lojas de cidadão e irão ser criados quiosques onde se podem procurar saber todas essas informações e custam trinta e cinco mil euros. Quando estiverem disponíveis, o Município talvez irá adquirir um e, eventualmente, propor um para o hall da Câmara ou até põem a hipótese de serem colocados nos hipermercados. As informações saem nas caixas de multibanco. Quis registar a posição da SEMA que resulta das entidades que não foram chamadas a pronunciar-se sobre este assunto. Já pediu o estudo sobre a Reorganização dos Serviços do Estado, porque vai ser uma revolução. Neste momento, a grande preocupação do ministro das finanças é acabar com a grande parte do serviço do estado para reduzir

muitas das despesas que tem e arrecadar receitas através da alienação de alguns bens do Estado. Disse já ter deixado o seu agradecimento à CIRA e à SEMA e vai agradecer à Delegação da Ordem dos Advogados porque tomou uma boa posição. -----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal**, como jurista, quis dizer que se está num processo, há vários anos, de judicialização das questões, a próxima geração há-de ter uma justiça entregue aos privados. Outra coisa é que, vão dar agora os inventários judiciais, que são dos processos mais técnicos que os tribunais têm, aos notários. Está-se a desjudicializar tudo. É isto que tem vindo a acontecer. Quanto à reforma em si, e fala, também, por conversas entre colegas, e, mais oficialmente com a Ordem dos Advogados, e até, com o Conselho Distrital de Coimbra e com a Ordem de Lisboa, a reforma do mapa judiciário começou há três anos com a criação das comarcas piloto. A proposta era um mapa judiciário com base nas trinta e tal comarcas e “calhou-nos a fava” porque fomos uma das três a ser instaladas - A Comarca do Baixo Vouga, Alentejo Litoral e Lisboa Oeste. Se não fossemos comarca piloto, com os rácios que temos, nunca ninguém pensava em encerrar o Tribunal de Sever do Vouga. A lei que instituiu as comarcas dizia que, ao fim de dois anos, era elaborado um relatório sobre essa experiência piloto. É evidente que esse relatório nunca foi feito. Agora esta proposta de lei vem, pelos vistos, acabar com as comarcas, com base naquelas três, e vem instituir as comarcas com base no distrito. Isto não foi bem visto. Aproveitou para informar que, os pareceres da SEMA, da CIRA e da Ordem dos Advogados, poderão ser solicitados nos serviços para ser facultada essa informação. Na nota enviada aos municípios, o que o chefe do gabinete da senhora Ministra da Justiça, em sede, diz que está aberto a introduzir alteração ao projeto de lei, e mais ainda, posteriormente, todas as sugestões que sejam enviadas podem ser consideradas durante o processo legislativo. Disse acreditar que o poder esteja aberto a sugestões para alteração desta lei. Disse que a questão é política e não técnica porque os elementos que o município já aduziu e enviou para a senhora Ministra da Justiça são mais do que suficientes para manter aqui o Tribunal. Até já os magistrados o reconhecem. A questão não é financeira, porque dos trinta e nove mil euros de custos, onde mais de metade é de renda, serão diminuídos com a redução na renda, como o senhorio já fez saber publicamente estar disposto a baixar a renda em cinquenta por cento. A questão é meramente política. Disse continuar, com esperança, nos resultados da petição que os membros do PSD fizeram aquando da sua visita ao concelho de Sever do Vouga e cabe a eles, que estão na área dos partidos que suportam o governo, um papel fundamental nisto. Seguidamente, o **Presidente da Câmara Municipal** disse que, ao consultar o mapa dos tribunais a fechar, há terras com muito menor população e desenvolvimento do que Sever do Vouga e onde os tribunais se mantêm. Se os critérios fossem rigorosos, encerravam praticamente todos esses. O presidente da Assembleia disse, e muito bem, que, se nós não tivéssemos sido uma comarca piloto, isto não estaria a ser discutido. -----

**Cláudia Maria Rodrigues da Silva** retomou a palavra para ver esclarecidos alguns pontos que no discurso do presidente da Câmara, para si, não ficaram objetivamente clarificados. Daquilo que entendeu, o senhor presidente fez uso de alguns documentos ou matérias que aqui vieram, como constava na acta número 215, que trazia em mão, para não errar, na qual e no ponto “3.1 - Encerramento do Tribunal de Sever do Vouga – Moção”, foi dito, então, fazendo uma alusão às palavras do presidente da Assembleia municipal sobre as alterações ao mapa judiciário: -----

*“...que aceitava a sugestão que tinha sido atrás mencionada e que passaria a palavra ao senhor presidente da Câmara. Exortou, antes do intervalo, “aos líderes das bancadas, se assim o entenderem, para concertarem uma tomada de posição quanto a esta matéria, porque o presidente da Câmara Municipal e o presidente da Assembleia Municipal, eventualmente, irão ter uma reunião com os responsáveis da Ordem dos Advogados e não ficava mal levarem uma moção aprovada neste órgão. Seguidamente, no uso da palavra, o presidente da Câmara Municipal referiu que tinha remetido alguns ofícios a solicitar esclarecimentos sobre esta matéria.” -----*

Relembrou que, nesta altura, era uma fase diferente do processo e a moção que foi apresentada era para levar à Ordem dos Advogados, tendo todos os líderes das bancadas assinado e concordado para aquele efeito. Pediu ao presidente da Câmara que esclarecesse se fez uso dessa moção agora, para enviar à Ministra da Justiça. -----

Para responder à questão, o **Presidente da Câmara Municipal** disse, o que foi deliberado na Câmara Municipal, na altura, foi manifestarem-se contra o encerramento do Tribunal, pois já sabíamos qual a decisão que iriam tomar na primeira versão, embora termos esperança numa eventual alteração da posição, veio a verificar-se que a versão definitiva se mantinha. O que foi deliberado, na altura, para as versões preliminares vale para esta até porque manteve-se o que se suspeitava. A deliberação tomada foi para levar à Ordem dos Advogados, aos grupos parlamentares, à ANMP, foi para todas as entidades que poderiam alterar a posição no ministério. Agora, foi pedido ao Município, novamente, para se pronunciar sobre o encerramento ou não do Tribunal, designadamente sobre este mapa, o que de importante aqui tem é o encerramento do Tribunal, o resto ninguém discute, embora suspeitando naquelas primeiras versões que se destinava ao seu encerramento. Voltou a referir que, na última reunião, ninguém manifestou interesse em fazer uma nova proposta, apenas o vereador Acácio Barbosa que era contra o encerramento do Tribunal, tal como era a opinião dos demais elementos da Câmara Municipal. Depois de terem analisado a resposta decidiu-se que fosse enviada moção, porque estava bem elaborada. “O que dissemos naquela altura vale *mutatis mutandis* para este processo. Entendi ser desnecessário andarmos aqui a tomar mais deliberações, até porque cada Assembleia Municipal tem custos e espero que daqui saiam deliberações diferentes daquelas que já tomámos no passado.” -----

De seguida, **Cláudia Maria Rodrigues da Silva** disse que, no dia 25 de outubro, o presidente da Câmara fez saber a um meio de comunicação social que “a Câmara diz à Ministra que quer manter o Tribunal” e apresentou uma série de argumentos. Passou a fazer um raciocínio em alta voz: “no dia 25, o presidente da Câmara já sabia que as duas bancadas parlamentares havia solicitado ao presidente da assembleia a convocatória de uma sessão extraordinária, penso eu que sabia e se não sabia quero lamentar o facto, sendo que os prazos para entregar possíveis propostas só se esgotam a 31 de outubro, levando-me a crer: que o senhor presidente realmente achou que não havia mais nada a dizer sobre este assunto e remeteu à Ministra aquilo que entendeu; que já estava feito de uma moção de fevereiro que, na altura, foi-lhes pedida para outros fins e que, na altura, resultou esta proposta baseada nessa moção; que foi, na altura, aprovada. Pelos vistos, nada teve em conta, porque a proposta atual prevê o encerramento do Tribunal”. Este foi o seu raciocínio. Afirmou que, o senhor presidente, “ignorou, como já sabia que esta Assembleia iria reunir e entendeu enviar, se é que já enviou à Ministra, e decidiu que este órgão, nas suas competências e no uso que faz delas, não tem absolutamente mais nada a dizer, passou-lhe, naturalmente, pela cabeça, que duas bancadas não devem ter nada a acrescentar e enviou o que tinha.” Lamentou esse facto, querendo dizer que, pode ser ou não uma questão política, onde cada um tem a sua visão, dizendo respeitar a dos outros. Acrescentando que, estes encerramentos não serão só uma questão política. Mais referiu que, o presidente na entrevista dada ao jornal fez transparecer que “com o fecho do Tribunal seria negado aos Severenses o acesso à justiça, assim como um convite ao abandono do recurso à justiça pelos mais desfavorecidos e ao aumento da criminalidade. Um convite à desertificação.” Questionou – Não será o inverso? Será que não é a desertificação que é um convite ao poder central para encerrar serviços em Sever do Vouga? Pensa que isto tem de ser analisado à luz do desenvolvimento local e daquilo que tem sido Sever do Vouga durante umas décadas a esta parte. Há vinte e quatro anos, Sever do Vouga, tinha Centro de Saúde, Finanças, não tinha Tribunal, é certo, mas chegou cá e foi uma passagem efémera e questiona-se se isto é realmente só uma questão política ou se não está relacionada com algumas questões de desenvolvimento, de fixação de pessoas e de necessidade desses serviços para servir quem mora neste concelho. “O senhor presidente, quando diz que é uma questão política, pois até pode ser. A gestão do município teve uma direção política ao longo de vinte anos por aí.” Considera que estas coisas não podem ser observadas à luz de uma simplicidade que nos faça perceber que não há mais nada a fazer. Disse que as bancadas que convocaram esta Assembleia têm uma proposta, um parecer, no seu entendimento, e pensa que, de facto, acrescenta alguma coisa àquilo que foi dito, e que já foi colocado à disposição da Assembleia e gostaria, se fosse possível, se assim o entenderem, tecer algumas considerações e que fosse aprovada aqui essa moção e remetida à senhora Ministra da Justiça. “O senhor presidente da Assembleia

disse há pouco que gostaria de acreditar, e eu também, que estando isto em fase de análise e aberto a sugestões, que poderá sofrer alguma alteração este mapa judicial.” Pensa: que todos os contributos que possam chegar ao Ministério da Justiça que possibilitem ver isto à luz de outros fatores e outras possibilidades; que não seja definitivo o encerramento; que as pessoas tenham definitivamente de se deslocar e afastar do poder judicial ou da justiça; que isso se deve realmente ao aumento da criminalidade, que deverá ser julgada, senão surgem atos de impunidade, com as consequências que daí advêm. Pensa que esta assembleia municipal, como órgão que deve zelar pelos interesses e pelo concelho, terá mais uma palavra a dizer. É nesse sentido que as bancadas apresentam o documento que foi entregue. Afirmou nunca estarem esgotados os argumentos nem as posições nem o direito à luta de reivindicar enquanto o prazo não estiver esgotado e enquanto nos for dada uma possibilidade. -----

Antes de passar a palavra ao presidente da câmara, o **Presidente da Assembleia Municipal** quis dizer que parecia-lhe transparecer da intervenção da deputada, pelo menos no que da sua parte diz respeito, um certo laxismo. “Se alguém foi, para além do executivo, se alguém tem lutado até ao máximo para manter o tribunal em Sever do Vouga, eu perfilho na primeira linha. Não admito, e desculpe a minha expressão, não admito que venha aqui pôr em causa que houve falta de empenho da Assembleia Municipal e do senhor presidente nesta situação.” Disse ter ido a Lisboa várias vezes, reunindo-se com o bastonário, reuniu em Coimbra, em Aveiro, em Sever do Vouga, fomos a uma manifestação de dezenas de Severenses e não viu lá muita gente que agora critica. Portanto, falta de empenho, não. Ao dizer que a questão é política, não é quem o diz, é o senhor doutor Juiz Paulo Brandão, presidente da Comarca do Baixo Vouga. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse já estar habituado a este tipo de intervenções, salientando que a convocatória terá sido pedida ao senhor presidente da Assembleia, que lho comunicou de imediato. O trabalho que fez para mandar à senhora Ministra da Justiça foi no dia 19 de outubro e nem sabia da Assembleia Municipal. Aceitou como boas as deliberações que já tinham sido tomadas mas desafiou, no período de antes da ordem do dia da última reunião de Câmara, se alguém queria tomar mais alguma deliberação ou discutir sobre esta matéria. “Se quiser, vai ouvir a gravação daquela reunião de Câmara. Tive esse cuidado. Agora, quando diz que eu sabia que a Assembleia ia pronunciar-se, sabe que quando saiu esta proposta de lei - a quem é que os senhores jornalistas ligaram? Ao presidente da Câmara. Eu tive de dar, na hora, a resposta que eu já tinha aqui das moções e o que transmiti aos senhores jornalistas foi aquilo que já tínhamos decidido nos órgãos desta entidade. Não é nada diferente, senhora deputada.” Disse que, o que foi deliberado não foi para ir a uma reunião da Ordem dos Advogados. A deliberação foi contra o encerramento do Tribunal e contra a proposta que estava em cima da mesa. “Será que, em cada vez que vou a Lisboa ou à ANMP terei de pedir uma espécie de autorização ou uma deliberação à Câmara? Era o que me faltava. Na qualidade de presidente da Câmara e olhando as prerrogativas que me são conferidas através da Lei n.º 169/99, tenho de defender os interesses do Município em qualquer lado, mesmo que não tenha deliberação da Câmara. Foi para isso que fui eleito. A senhora deputada sabe que, desde a Lei n.º 169/99, o presidente da Câmara passou a ter muitos poderes. Eu não estou subordinado a deliberações da Assembleia Municipal, para esse efeito. Acho muito bem que façam esta e outras Assembleias, agora ninguém me questiona “o senhor sabia que havia uma Assembleia Municipal?.” Mais disse que, “se esta Assembleia Municipal decidir uma coisa diferente daquilo que já foi decidido, esperando não ser sobre encerramento do Tribunal, porque já existe com todos os argumentos.” Mas, se for acrescentado algo diferente e importante terá de mandar para a senhora Ministra da Justiça, em complemento ao que já foi enviado. “Até podemos tomar dez ou vinte deliberações. Não me venha é com essa da desertificação, porque senão tinham de fechar em muitos locais.” Disse existirem terras com muito menos processos e menos população do que Sever do Vouga e os tribunais não encerram. “Sabe do que se trata? Apenas, de política.” Disse que podia transmitir como se resolveu nalguns casos, mas não o faria por respeitar o pedido de sigilo de quem lhe transmitiu essa informação. Verifica que se trata de um processo denominado “de pesca à linha”, porque já não era o gabinete da senhora Ministra da Justiça a indicar quais os tribunais a encerrar e nada têm a ver com desertificação, como

bem devem saber, dando como exemplo o caso de Oliveira de Frades. Quanto ao encerramento do Centro de Saúde e do serviço de Finanças disse “a língua fugiu-lhe para a verdade, tem alguma informação que, se calhar, eu não tenha por estar a falar nessas duas entidades. Não começemos a arranjar argumentos para encerrarem o Centro de Saúde e as Finanças, é que há já um estudo feito. Se calhar a senhora tem acesso a ele, é que eu já o pedi e não consegui obter esse estudo. Até porque se diz que o mesmo vai ficar camuflado até às eleições autárquicas, mas se calhar era bom que se soubesse, porque é um dos estudos sobre a reforma dos serviços do estado que já muita gente tem.” Disse esperar que o Centro de Saúde não encerre e que as obras avancem. “Quem conseguiu este tribunal, fui eu, que andei anos a fio a lutar para o conseguir. Quem abriu estas coisas foi o governo do PS e quem as encerra é o governo do PSD. Esta é que é a grande questão. Dando seguimento às palavras do senhor presidente da Assembleia, eu só espero que sejam consequentes, porque vieram cá os deputados do PSD e fizeram muito bem, uma jornada com os outros partidos. Temo é que não vá servir para nada. Fomos a várias reuniões e tem sido uma luta permanente. Há colegas seus que também vão defender que os deputados lá do distrito vão votar contra na Assembleia da República, mas gostava que acontecesse, temo é que não vá acontecer, porque se fizessem assim, a lei não passava. Do PS, tenho a garantia que vão votar contra a lei, se me conseguirem garantir que os do PSD vão contra a lei, nós temos tribunal.” -----

Foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida**, que disse, não se poder atacar a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal por causa de um assunto destes. “Temos liderado, penso eu, todos de boa fé, numa luta contra o encerramento do Tribunal e de qualquer outro serviço que nos queiram tirar da nossa terra.” Considera que deveriam unir-se contra quem quer tirar determinados serviços e não estarem, aqui e agora, a acusar o presidente da Câmara que, quanto a si, não tem responsabilidade nenhuma nisto, de um assunto que, “nós próprios, temos sabido estar unidos na luta para manter esse serviço a funcionar no nosso concelho.” Querendo-lhe parecer que, se calhar, estão preocupados com aquilo que a população vai pensar, porque, efetivamente, quem está a encerrar este serviço é um governo do qual são representantes na terra. Talvez por causa disso estejam preocupados com o que a população vai pensar. “Lamento, porque se estivesse no vosso lugar, também não sabia o que dizer, mas efetivamente, acusar este executivo e a Assembleia Municipal de não lutar contra o que nos querem impor, não posso aceitar.” ----

O deputado **Rui Manuel Pires da Silva** interveio para dizer que, sobre o pedido de convocação para a Assembleia Municipal, o original deu entrada na Câmara Municipal e depois foi ele próprio quem o levou ao escritório do presidente da Assembleia Municipal, única e exclusivamente para que o soubesse de uma forma mais rápida. -----

Mais disse que no ponto 3, do pedido de convocação desta sessão, solicitava que o parecer fosse elaborado pela Assembleia Municipal e, tendo em conta o facto de imaginar que iriam estar ali muito tempo a discutir esta matéria, “nós, o PSD e Independentes, tomámos a liberdade de elaborar essa mesma proposta para trazer aqui para análise e pedimos um período de intervalo para que todas as bancadas pudessem ler o documento, e, também, porque pode existir algo de novo a acrescentar e fazer uma proposta mais concreta.” -----

Respondendo ao senhor deputado José Luis Almeida, disse ter a consciência muito tranquila. Enquanto deputado, com responsabilidades políticas no PSD, disse não temer nem nunca ter temido o que a população vai pensar daquilo que o PSD faz, até porque, se pensasse isso, não tinha defendido, na última Assembleia, a posição que defendeu em relação à reforma administrativa. Antes de dirigente e político do PSD, é autarca e foi eleito para defender os interesses da população. Tendo em conta algumas coisas que o presidente da Câmara disse, e também a intervenção da deputada Cláudia Silva, disse gostar de ouvir o presidente da Câmara a falar porque quando se sente um bocado apertado gosta de afastar responsabilidades, nomeadamente, para o PSD, mas recordou o senhor presidente da Câmara para que se faça um ponto de situação e que pareceu-lhe, a si, que sofre um bocado da mesma doença política que sofre o partido socialista a nível nacional, que é de amnésia. Recordou ao senhor presidente da Câmara, tendo em conta os argumentos muitas vezes utilizados na questão do início do tribunal piloto da Comarca do Baixo Vouga, que não foi o PSD que fez esta reforma, mas sim o governo do PS. “O senhor presidente disse, e muito bem, aliás, está no parecer da Câmara Municipal, que

crítica os moldes em que foi criado o projeto piloto da Comarca do Baixo Vouga e nós partilhámos dessa opinião, mas convém recordar que foi o PS que começou com o fim do tribunal. Por isso, não adianta o senhor presidente vir dizer, que uma coisa é certa, se o senhor presidente é o pai do tribunal garante que o senhor presidente e o PS, em alguma parte, são os coveiros do encerramento deste tribunal por vários motivos.” Mais disse que, “uma das coisas que garante o serviço público dos municípios é o seu desenvolvimento”. E, também que, “nos vinte e três anos em que o senhor presidente está à frente desta autarquia, provavelmente a estratégia conduzida por este executivo falhou em muitas coisas”. Sendo certo que, “o presidente vai deixar esta Câmara Municipal mais pobre do que a encontrou. Se o senhor presidente trouxe o tribunal para Sever do Vouga lamento que só aponte o dedo ao PSD”. Disse não ter qualquer problema em analisar as políticas praticadas pelo PSD ou por este governo. “Uma das coisas que é nosso direito é lutarmos pelos nossos interesses. Lamento imenso que o senhor presidente, em contextos diferentes, porque não venha agora dizer que, na altura, quando veio a deliberação da Câmara Municipal a este órgão máximo no primeiro trimestre do ano, os contextos eram diferentes.” Disse que, naquela altura não havia nenhuma proposta concreta quanto ao encerramento do tribunal de Sever do Vouga. “O senhor presidente diz que já suspeitava, mas eu também suspeito de muitas coisas, também já suspeitava que o PS saísse da governação do município de Sever do Vouga e isso ainda não aconteceu.” Disse gostar de factos concretos e lamenta que esta Câmara Municipal não tenha tido a sensatez de levar a reunião de Câmara uma proposta para enviar à senhora Ministra de acordo com aquilo que era pedido, que era uma análise ao projeto de lei que estava em discussão e, pelos vistos, o que o senhor presidente da Câmara fez foi pegar em toda a documentação que existia e alguma dela do princípio do ano, e foi transferir o problema novamente para a senhora Ministra, através da cópia de tudo o que existia e esqueceu-se que há novos desenvolvimentos, designadamente nas questões da proximidade. “Na altura, se não estou em erro, propus ao presidente da mesa em exercício que pudessemos reforçar, e o presidente da mesa entendeu que não devia ser feito naqueles moldes porque era um ofício da Câmara Municipal e foi redigido um documento mantendo as linhas orientadoras que faziam parte desse documento.” -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Ercilia Maria Marques Pedro**, tendo referido estarmos muito tempo a desviarmo-nos do assunto que levou à convocatória da presente sessão, através de considerações políticas que nada têm a ver com o mesmo, quando é certo que, o que verdadeiramente interessa e que nos deve unir a todos é o espírito já aqui aprovado da manutenção dos atuais juízos a funcionar no nosso concelho. -----

Por último, dado não haver mais nenhuma intervenção foi elaborado um documento denominado “Declaração de voto negativo contra a extinção do Tribunal de Sever do Vouga”, apresentado e subscrito pelos líderes dos quatro grupos municipais, o qual, tendo sido posto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Mais foi deliberado dar conhecimento daquele documento às seguintes entidades: Ministério da Justiça; Presidência da Assembleia da República; ANMP e Delegação da Ordem dos Advogados de Sever do Vouga. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_